



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Segunda Câmara

### **DELIBERAÇÃO AC02 - 2958/2017**

|                         |                                                |
|-------------------------|------------------------------------------------|
| <b>PROCESSO TC/MS</b>   | : TC/12232/2014                                |
| <b>PROTOCOLO</b>        | : 1528440                                      |
| <b>TIPO DE PROCESSO</b> | : ATA DE REGISTRO DE PREÇO                     |
| <b>ÓRGÃO</b>            | : MUNICIPIO DE PONTA PORÁ                      |
| <b>JURISDICIONADO</b>   | : LUDIMAR GODOY NOVAIS                         |
| <b>INTERESSADO</b>      | : METROPAR CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA E OUTRA |
| <b>VALOR</b>            | : R\$ 1.184.070,00                             |
| <b>RELATOR</b>          | : CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO               |

**EMENTA: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PREGÃO PRESENCIAL – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS COM MOTORISTA/OPERADOR, COMBUSTÍVEL, LUBRIFICANTES E MANUTENÇÃO – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – REGULARIDADE – ATA DE REGISTRO – OBJETO – VIGÊNCIA – REGULARIDADE.**

É regular o procedimento licitatório no qual os documentos encaminhados comprovam a observância às leis, como parecer jurídico, homologação e adjudicação. A formalização da ata de registro é regular quando presentes os elementos essenciais como objeto, preço registrado e vigência, elaborados em conformidade com as normas legais vigentes, com assinatura dos fornecedores e publicação do extrato de ata.

### **ACÓRDÃO**

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 21ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, de 19 de setembro de 2017, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em declarar a regularidade do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 33/2014 e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 39/2014, realizado pelo Município de Ponta Porã.

Campo Grande, 19 de setembro de 2017.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Segunda Câmara

## RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo – Relator

Tratam os autos da apreciação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 33/2014 (1ª fase) e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 39/2014 (1ª fase), celebrado entre o Município de Ponta Porã/MS e as empresas adjudicadas Maracaju Engenharia e Empreendimentos Ltda e outra, constando como ordenador de despesas o Sr. Ludimar Godoy Novais, prefeito municipal à época.

O objeto da licitação é o registro de preços para eventual locação de veículos e equipamentos com motorista/operador, combustível, lubrificantes e manutenção, para atender as necessidades da secretaria municipal de obras e urbanismo, no valor global de R\$ 1.184.070,00 (um milhão, cento e oitenta e quatro mil e setenta reais).

A 4ª Inspeção de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 17220/2014, entendendo pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização da ata de registro de preços.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – MPC – GAB. 4. DR. JOAOMJR/SUBSTITUTO – n. 2960/2015, opinando pela legalidade e regularidade dos atos praticados.

## VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo – Relator

Registre-se que fora juntada aos autos toda a documentação obrigatória acerca do procedimento licitatório: 1ª fase, com fulcro no Anexo I, Capítulo III, Seção I, Item 1.1.1., “B”, da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, c/c o art. 120, I, “a”, do Regimento Interno desta Corte de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, e a documentação relativa à formalização da ata (1ª fase), conforme preconiza o art. 60 e seguintes da Lei das Licitações e dos Contratos.

No que tange à formalização e teor (2ª fase) da ata de registro de preços, a “Cláusula segunda - Da vigência”, diz:

“A ata de registro de preços resultante deste certame **terá a vigência de 12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura, **podendo ser prorrogada por igual período.**”

O responsável pela contratação, Sr. Ludimar Godoy Novais, prefeito municipal à época, foi devidamente intimado a esse respeito, por meio do Termo de Intimação INT – G. ODJ n. 1237/2017, entretanto, não se manifestou nos autos.

Dessa forma, a ata de registro de preços não observou, na sua cláusula segunda, as exigências do art. 13, § 3º, III, c/c o art. 55 e ss, todos da Lei n. 8.666/93.



## Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

### Segunda Câmara

Por fim, os demais documentos obrigatórios foram protocolados tempestivamente nesta Corte de Contas, atendendo o prazo de 15 (quinze) dias úteis estabelecido pela Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011.

### **DISPOSITIVO**

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer ministerial, e VOTO:

1. pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 33/2014 (1ª fase), celebrado entre o Município de Ponta Porã/MS e as empresas adjudicadas Metropar Construtora e Serviços Ltda e outra, constando como ordenador de despesas o Sr. Ludimar Godoy Novais, prefeito municipal à época, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, I, “a”, do RITC/MS;
2. pela legalidade e regularidade da formalização da Ata de Registro de Preços n. 39/2014 (1ª fase), consoante dispõe o art. 59, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, I, “a” segunda parte, do RITC/MS;
3. pela intimação do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS;
4. pela remessa dos autos à 4ª ICE para subsidiar as contratações dela decorrentes, ressaltando, ainda, que observe se ocorreu a prorrogação da vigência acima dos 12 (doze) meses iniciais de que trata a cláusula segunda retromencionada, para as devidas providências.

### **DECISÃO**

Como consta na ata, a decisão foi unânime, nos termos do voto do Relator, pela regularidade do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 33/2014 e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 39/2014.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves.

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Marisa Joaquina Monteiro Serrano e Iran Coelho das Neves.

Presente o Exmo. Sr. José Aêdo Camilo, Procurador de Contas.

Campo Grande, 19 de setembro de 2017.

Conselheiro **OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

Relator